

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.106 - GO (2018/0085159-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : DEBORAH DANYELLA BORGES ROCHA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário interposto por DEBORAH DANYELLA BORGES ROCHA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 260583-48.2017.8.09.0000).

Consta dos autos que a recorrente foi denunciada, com outros corréus, como incurso nos arts. 288, *caput*, e 171, *caput*, c/c o art. 29, todos do Código Penal.

A denúncia foi recebida pelo Juízo de primeira instância.

Diante disso, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 72):

*ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ESTELIONATO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. - No caso dos autos, a denúncia narra conduta típica imputada à paciente. - ORDEM DENEGADA.*

Neste recurso, sustenta a defesa, em suma, inépcia da denúncia e ausência de justa causa para a ação penal.

Alega que *"é possível perceber que não é descrita nenhuma conduta da paciente que revele a prática do crime previsto no art. 171 do Código Penal, ainda que na forma do art. 29 do Código Penal. Na narração dos fatos não há nada que indique sua participação nos 19 crimes de estelionatos descritos"* (e-STJ fls. 85/86).

Requer o trancamento da ação penal, com relação ao crime do art. 171 do Código Penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 107/111).

É, em síntese, o relatório.

Mostra-se inviável o prosseguimento do recurso.

É que o pedido nele formulado revela-se idêntico ao constante do HC n. 432.500/GO, impetrado em favor da recorrente, e que ataca o mesmo acórdão, configurando reiteração de pedido, circunstância que impede o conhecimento da irresignação.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA ANALISADA EM PRÉVIO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO JÁ JULGADO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não se conhece de habeas corpus que objetiva mera reiteração de pedido analisado em recurso anteriormente interposto. 2. "Julgado o Recurso em Sentido Estrito, resta superada a alegação de excesso de prazo para análise do mérito do referido recurso" (RHC n. 66.467/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 9/3/2016). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 403.778/CE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017)*

De todo modo, ainda que assim não fosse, consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que foi prolatada sentença nos autos da Ação Penal n. 31778-29.2017.8.09.0175, objeto da presente irresignação.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de sentença, o pedido de trancamento da ação penal ficou prejudicado já que não persiste o interesse de agir.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator